



ENCONTRO NACIONAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

ENDESA 2017

SERVIÇO VETERINÁRIO BRASILEIRO: EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE



Belém/PA - 04 a 08 de dezembro

Bem-estar animal desde a perspectiva jurídica

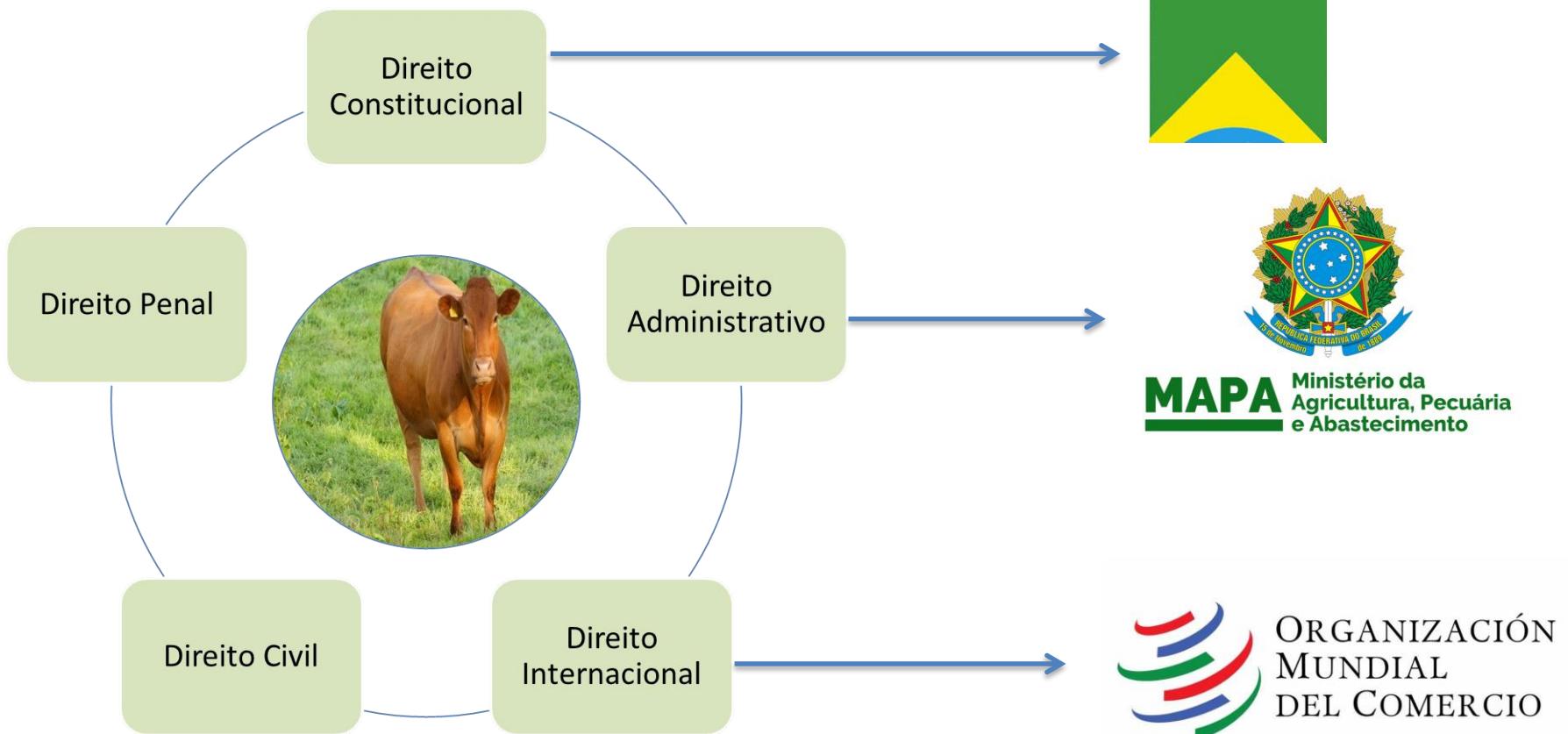
Dra. Carolina Maciel

Advogada e consultora jurídica

Doutora em Direito Internacional

Mestre em Sociologia Política





Parte 1:

Direito Constitucional





**Art 225 - Poder Público e à coletividade
tem o **dever** de proteger a **fauna****



DOMÉSTICA



SILVESTRE



DOMESTICADA



Art. 225 - dever de proteger a fauna



DOMÉSTICA



SILVESTRE



DOMESTICADA

DESCUMPRIMENTO acarreta em sanções

- Penal
- Administrativa
- Civil

Parte 2:

Direito Administrativo



MAPA Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



Artigo 225 Proteção a fauna

Administração Pública



proteger e promover o
bem-estar animal



MAPA Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

NORMATIZAR: SDA, SMC



FISCALIZAR: SDA



FOMENTAR: SMC
ORIENTAR: SRI





2000	IN 3 – requerimentos para o abate humanitário
2008	IN 56 – recomendações de boas práticas sistema de produção e transporte
2010	IN 13 – requerimentos de exportação de animal vivo
2011	IN 46 – requerimentos produção orgânica
2017	IN 12 – credenciamento de treinamento em BEA Decreto nº 9.013 – novo RIISPOA (art. 496,VIII)



2000	IN 3 – requerimentos para o abate humanitário
2008	IN 56 – recomendações de boas práticas sistema de produção e transporte
2010	IN 13 – requerimentos de exportação de animal vivo
2011	IN 46 – requerimentos produção orgânica
2017	IN 12 – credenciamento de treinamento em BEA Decreto nº 9.013 – novo RIISPOA (art. 496, VIII)



MAPA Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

Decreto 9.013/2017

Regulamento técnico de
inspeção industrial e sanitária
de produtos de origem animal

Artigo 496, VIII - infração administrativa sobre BEA

- desobedecer ou inobservar
(conduta comissiva
ou omissiva)

Parte 3:



ORGANIZACIÓN
MUNDIAL
DEL COMERCIO

Direito Internacional



ORGANIZACIÓN
MUNDIAL
DEL COMERCIO





ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL COMERCIO



ORGANIZACIÓN
MUNDIAL
DEL COMERCIO

Decisões recentes

US x Mexico



EU x Canadá/Noruega





ORGANIZACIÓN
MUNDIAL
DEL COMERCIO

Decisão recente: caso Estados Unidos vs México



- ✓ a restrição ao uso do método de cercamento aos golfinhos na captura do atum



ORGANIZACIÓN
MUNDIAL
DEL COMERCIO

Decisão recente: caso União Européia vs Canadá e Noruega



✓ o embargo a importação e comercialização de produtos derivados de focas é legítima e necessária para proteger a moral pública preocupada com bem-estar animal



**Compromisso ético e jurídico de
proteger os animais**



Agradeço a atenção.



carolina@tmconjур.com.br



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO

